

Mística: a imaginação simbólica a serviço da unificação libertadora

José Antonio Vázquez Mosquera

No ocidente, desde o final da Idade Média, foi se impondo uma corrente claramente “iconoclasta” (inimiga da imaginação), que privilegiou a razão (logos) sobre a imaginação de um modo desproporcionado, até o ponto alguns descreverem nossa cultura como uma “*cultura logocêntrica*”, que reprimiu dimensões da realidade (o afeto ou o corpo, por exemplo) para favorecer o controle político; segundo Foucault, a imaginação convertida em utopia é um instrumento crítico da ordem estabelecida. Essas dimensões não racionais são essenciais para poder caminhar pela via da unificação libertadora (integração de todas as dimensões da realidade) que é a **espiritualidade** (cuja forma mais plena é a mística); daí, a perseguição ou marginalização da mística (que revaloriza e necessita da imaginação) em nossa história moderna.

No séc. XX produziu-se todo um movimento de revalorização da **imaginação**, desde o campo da fenomenologia da religião (Mircea Eliade), da psicologia analítica (Jung), da antropologia (Gilbert Durant), da filosofia (Bechelard), da política (Bloch) e da espiritualidade (Henri Corbin).

Na escolástica decadente, a imaginação era vista simplesmente como um órgão menor de conhecimento, que se limitava à representação, mediante imagens visuais, auditivas ou cinestésicas, dos objetos reais, para que a razão pudesse abstrair destas imagens a dimensão inteligível do real. A imaginação, portanto, não trazia verdadeiro conhecimento confiável; era uma função vinculada à percepção; o verdadeiro conhecimento era possível só pela abstração racional. Daí o “*logocentrismo*” de nossa cultura.

Na recuperação do valor da **imaginação**, que tem lugar no séc. XX, esta potencialidade se converte numa função independente da razão e da percepção; de fato, trata-se de uma função mais importante que a própria razão, pois a imaginação é a capacidade que permite acessar diretamente ao “*mundo dos arquétipos*”, verdadeiras forças estruturadoras da consciência que se fazem presente à inteligência do ser humano através dos **símbolos**, que são expressões desses arquétipos. Os arquétipos são verdadeiras pontes entre o consciente (racional) e o inconsciente (meta-racional); daí que a imaginação é entendida como “*imaginação criadora*”, ou seja, como uma faculdade ativa e criativa, que não se limita a receber seus conteúdos da percepção, mas que ela mesma produz suas “*imagens*” (os símbolos,) extraindo-as dos conteúdos mais profundos da consciência e dando lugar a um conhecimento mais completo que o conhecimento racional.

Assim, a **imaginação** não depende da percepção do mundo objetivo, mas de uma “imaginação transcendental”, que é a verdadeira fonte da razão, da arte e da espiritualidade no ser humano. Essa imaginação transcendental é chamada “*unus mundus*” por Jung, dando-lhe assim um caráter ontológico, pois considerará que os arquétipos têm uma natureza “psicoide” (significa: similar à mente). Os arquétipos estão mais além da mente individual; formam um mundo próprio cuja natureza é “similar à mente” (psicoide), mas mais além dela, e dão origem tanto ao mundo físico como ao psicológico. Os arquétipos são expressões de uma consciência subsistente por si mesma, da qual emana a existência e a inteligência, por meio da imaginação, que é a função cognitiva e criativa primordial.

Com Mircea Eliade e Henri Corbin a **imaginação** vai se relacionar claramente com a **espiritualidade**. Para Mircea Eliade os símbolos são expressões das imagens primordiais ou arquétipos, que expressam o Sagrado, a realidade à qual remete a religião na visão religiosa pré-cristã. Para esta visão antiga, as realidades históricas não têm valor em si mesmas; seu valor provém do fato de serem expressões (hierofanias) dessa verdadeira realidade que é o sagrado.

Os símbolos, os mitos e os ritos que nasceram por meio da imaginação criadora, são modos de vincular o ser humano, caído na história profana, ao verdadeiro mundo real, o mundo do sagrado, dos arquétipos. Nesse caminho para o sagrado, Henri Corbin situará a imaginação como um âmbito intermédio entre o mundo inteligível (o sagrado) e o mundo sensível, o “mundo imaginalis”, o “mundo do anjo”, no qual o espírito se faz “carne” e o corpo se espiritualiza. É o mundo da “hierohistória” (história sagrada) que é mais real que o mundo histórico, pois este é um reflexo desta dimensão imaginal.

A **imaginação**, para Corbin, não deve identificar-se com “o imaginário”, com a fantasia, com a imaginação passiva dependente da percepção dos objetos da história, mas com a **imaginação criadora**,

com o “*imaginal*”, vinculada com esse mundo verdadeiro dos arquétipos, ponte entre Deus e os seres humanos, mais real que a história mundana.

Graças à investigação de todos estes autores recuperou-se em nossa época um tipo de **imaginação** à qual Santo Tomás já havia aludido em sua síntese de cristianismo e filosofia, e que foi esquecida pela escolástica posterior; uma imaginação diferente da imaginação passiva, meramente receptiva de imagens, mas uma **imaginação ativa** produtora de conhecimento, em aliança com a razão (não à margem desta).

Recuperar esta ideia da importância da imaginação criadora como fonte de conhecimento, supôs valorizar a capacidade simbólica do ser humano, como sua faculdade mais importante, pois é a capacidade integradora, unificadora, das diversas dimensões da pessoa e da realidade, tanto racionais como meta-racionais, permitindo assim, graças a esta capacidade, a realização do maior anseio do coração humano: a integração, a unificação, a comunhão com a realidade.

A desvalorização da imaginação criadora ocorrida na modernidade tinha encerrado o ser humano na razão, na mente. O racionalismo do Ocidente tinha marginalizado a mística e nos tinha desconectado da existência (o que está mais além da consciência). Inclusive, no campo religioso, a mensagem cristã se converteu numa ideologia dogmática mais que numa experiência. Era, pois, muito necessário recuperar esta dimensão imaginativa e simbólica se quiséssemos recuperar a mística e viver nossa espiritualidade de uma maneira real e não só mental.

No entanto, a revalorização da imaginação e do simbolismo pode também nos levar, não à experiência espiritual real, mas às experiências espirituais que não transcendem o universo mental imaginário, desconectadas da existência real.

A imaginação não pode desvincular-se da razão e da existência histórica, se realmente quer ser simbólica e não só “*imaginária*”. É preciso diferenciar muito bem a consciência entre o “registro” do imaginário (quando a imaginação se fecha em si mesma, desconectando-se da razão e da realidade existencial, de um modo narcisista) do registro do simbólico (quando se conectam a imaginação, a razão e a existência, integrando-se todas estas dimensões) que nos tira do narcisismo e nos abre ao encontro com o outro, com a realidade, sem reprimir nossa interioridade (imaginação, afetividade).

O símbolo que só é entendido como uma realidade imaginária (arquetípica) se converte em um ídolo, não em um ícone que deixa transparecer a realidade.

A linguagem, a razão crítica, é a que faz com que o símbolo não nos feche em um mundo mental auto-centrado que o psicólogo jesuíta, Luigi Rulla, chamava “*adictivo*”, de “*a-dicto*”, ou seja, não dito, sem linguagem, sem razão crítica que arranque o símbolo de seu fechamento no âmbito *imaginal*.

Paul Ricoeur distingue no símbolo três dimensões: a) uma dimensão arquetípica, que ele denomina cósmica; b) uma dimensão afetiva, que denomina onírica; c) uma dimensão interpretativa, que tem a ver com a linguagem e com a razão, abrindo a dimensão da imaginação ao encontro com o outro, com a realidade.

Aqui, a linguagem é muito mais que um instrumento para transmitir conteúdos; é um meio para encontrar-se com o Outro, com o Ser, com a realidade mais além de nossa consciência. A imaginação, com seus arquétipos, amplia nossa consciência para que possamos reconhecer a existência de uma dimensão que a transcende, o Ser.

Na atual recuperação da dimensão “*imaginal*” que está acontecendo na espiritualidade ocidental, há um perigo de encerrar a espiritualidade no imaginário, numa consciência que se concebe como o fundamento da realidade. Deste modo, só passaríamos de uma espiritualidade demasiado racionalista a uma espiritualidade intimista, que não é capaz de nos tirar da consciência para o ser, para o outro, e que, por isso, é profundamente narcisista. Não é raro que os difusores mais populares da espiritualidade expressem a convicção de que a mística é igual a uma experiência basicamente interior, fechada na consciência, sem dar valor ao Ser nem à existência, que se considera irreal ou muito pouco real.

Frente a estas visões intimistas, a tradição profética judeu-cristã enfatizou a necessidade de vincular a ética e o símbolo (o culto) a uma vida comprometida; uma vida simbólica, desconectada da existência ética é uma idolatria, como denunciaram os profetas bíblicos e o próprio Jesus. Os primeiros cristãos empregaram termos profanos para expressar sua espiritualidade, e assim evitar a desvalorização da história por parte das espiritualidades cristãs.

Acrescentaram ao símbolo a dimensão utópica; o símbolo é chamado a ser vivido na história (não nos tira da história). Segundo E. Bloch, o termo “utopia” faz referência a dois conceitos: “eu-topos” (o melhor lugar) e “u-topos” (não-lugar). A utopia é o símbolo do “lugar melhor” (mais justo e humano) que ainda não é, pelo qual devemos trabalhar e nos comprometer; é a dimensão histórica do símbolo, essencial, se queremos que o símbolo não se converta em ídolo. A utopia é uma linguagem laica que serve para expressar a mensagem central do cristianismo: trabalhar para construir o Reino de Deus, dentro e fora de nós, na história e para além dela.

Revalorizemos esta recuperação da **imaginação** criadora e do **símbolo** no caminho espiritual atual! E, ao mesmo tempo, saibamos discernir os perigos que há em muitos dos discursos que valorizam a imaginação e o simbólico e que, na realidade, são outro modo de reprimir o caráter libertador que deve ter o símbolo, fechando-o no âmbito do imaginário, para evitar que aconteçam mudanças sociais externas e ameacem o sistema injusto e seus beneficiários.

x.x.x.x.x.